

Alimentação e Autoritarismo no Brasil nos 70 anos de história: Descompassos para o direito social à alimentação

Isabela Poscidonio SANTOS : Universidade de São Paulo-USP Faculdade de Saúde Pública – USP. **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-5014-9060> E-mail para correspondência: isaposcidonio1997@gmail.com

Lúcia Dias da Silva GUERRA: Universidade de São Paulo –USP, Faculdade de Saúde Pública–USP. **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-0093-2687> E-mail para correspondência: luciadsguerra@alumni.usp.br

RESUMO

A história do autoritarismo no Brasil é complexa, disfarçada por uma educação em que coloca uma certa “harmonia social” na trajetória política brasileira, enquanto ela é marcada por um enraizamento histórico que naturaliza estruturas autoritárias, por trás do racismo, mandonismo, coronelismo, corrupção, desigualdade social, violência, desigualdade de raça e gênero e intolerância que permanecem na estrutura político-econômica até hoje. Os governos autoritários da história do Brasil recente são: o Estado-novo de Getúlio Vargas (1937-1945), a ditadura militar (1964-1985) e o governo instalado após o golpe institucional de 2016, liderado primeiramente por Michael Temer e por conseguinte Jair Messias Bolsonaro. As políticas públicas para alimentação e nutrição, caminham de acordo com os interesses voltados ao capital econômico e industrial. O objetivo desse estudo é analisar os efeitos das medidas econômicas adotadas nos três regimes autoritários da história do Brasil republicano, no que compõe a alimentação da população brasileira, através de uma revisão integrativa de literatura. Foram incluídas aquelas publicações que tratassem de políticas econômicas e programas de alimentação e nutrição, resultando em nove estudos revisados. Relacionando o percurso da história passada, com a mais recente, acompanhada pelo desmonte de estratégias importantes para alimentação que foram construídas desde o processo de redemocratização do país, somado ao agravamento da insegurança alimentar e nutricional e a fome intensificadas pela pandemia de COVID-19 no Brasil. Pode-se correlacionar à agenda política dos três governos quanto a opção por privilegiar a produção capitalista, realçando a desigualdade social e propiciando a insegurança alimentar e nutricional de populações mais vulneráveis, com o uso político da fome.

Palavras-chave: Economia; Autoritarismo; Direito Humano à Alimentação Adequada; Fome; Brasil.

ABSTRACT

The history of authoritarianism in Brazil is complex, disguised by an education in which it places a certain "social harmony" in the Brazilian political trajectory, while it is marked by a historical rooting that naturalises authoritarian structures, behind racism, mandonism, coronelism, corruption, social inequality, violence, race and gender inequality and intolerance

that remain in the political-economic structure until today. The authoritarian governments in recent Brazilian history are: the New State of Getúlio Vargas (1937-1945), the military dictatorship (1964-1985) and the government installed after the institutional coup of 2016, led first by Michael Temer and then Jair Messias Bolsonaro. Public policies for food and nutrition are in line with the interests of economic and industrial capital. The objective of this study is to analyse the effects of the economic measures adopted in the three authoritarian regimes in the history of republican Brazil, in what makes up the feeding of the Brazilian population, through an integrative literature review. Publications dealing with economic policies and food and nutrition programmes were included, resulting in nine reviewed studies. Relating the course of past history, with the most recent, accompanied by the dismantling of important strategies for food that have been built since the country's redemocratisation process, added to the worsening of food and nutritional insecurity and hunger intensified by the COVID-19 pandemic in Brazil. The political agenda of the three governments can be correlated with the option to favour capitalist production, highlighting social inequality and promoting food and nutritional insecurity of the most vulnerable populations, with the political use of hunger.

Key-words: Economics; Authoritarianism; Human Right to Adequate Food; Hunger; Brazil.

INTRODUÇÃO

Na história brasileira, o autoritarismo é um sistema de liderança recorrente. Os governos autoritários da história do Brasil recente são: o Estado-Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), a Ditadura Militar (1964-1985) - governada por Pascoal Ranieri; Mazzilli, Humberto de Alencar Castelo Branco, Artur da Costa e Silva, Junta Militar, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Batista de Oliveira, Figueiredo - e o governo instalado após o Golpe Institucional de 2016, liderado primeiramente por Michel Temer e em seguida, por Jair Messias Bolsonaro ¹.

É válido mencionar que no Brasil, a história do autoritarismo é complexa, disfarçada por uma educação em que coloca uma certa “harmonia social” na trajetória política brasileira, enquanto ela é marcada por um enraizamento histórico que naturaliza estruturas autoritárias, por trás do racismo, mandonismo, coronelismo, corrupção, desigualdade social, violência, desigualdade de raça e gênero e intolerância que permanecem na estrutura político-econômica até hoje ².

Em relação, ao autoritarismo brasileiro mais atual, Pereira *et. al.* ³, atribui ao fenômeno, além da “nova direita” que já vinha se ampliando em todo o mundo, à manipulação pública por meio de notícias falsas (*fake news*), ao negacionismo à ciência e aos fatos, inversão histórica, atribuindo inimigos ao estado, fatores os quais, fortaleceram a fixação desse ideal político na sociedade.

Mendes e Carnut ⁴ destacam que, no Brasil após o Golpe Institucional de 2016, houve a intensificação de regimes políticos de legitimidade restrita, que encontrou no neofascismo um cenário fecundo para a chegada do governo Bolsonaro ao poder. Com a eleição de Bolsonaro, a categoria neofascismo passa a desenhar o comportamento político do governo e suas ações, que se inscrevem dentro de uma lógica das políticas ultraneoliberais e no quadro de uma crise capitalista sem precedentes.

Carnut ⁵ elucida as características desse neofascismo, como um movimento político-social de conteúdo reacionário que permite colocar a democracia, os sistemas parlamentares, as liberdades e o campo político na berlinda, com o intuito de que permaneçam intocáveis: o capitalismo e a exploração burguesa. É um movimento com raízes ideológicas que, na América Latina, é dotado de um caráter autodestrutivo, tornando-se uma expressão ainda pior do que nos países de capitalismo central. No cenário político-econômico conjuntural internacional e nacional, é um movimento político originário da alta classe média, capaz de arrastar como aliados segmentos importantes da massa pobre marginalizada, precarizada, desinformada e sem qualquer tipo de organização política.

No que compõe as políticas econômicas nos períodos mencionados, no Estado-Novo (1937-1945) as políticas se configuraram dentro do chamado Estado Mínimo acompanhado do incentivo à industrialização, modernização e urbanização, se utilizando de práticas populistas. Foi nesse contexto, o qual as primeiras políticas voltadas ao combate da fome foram realizadas de forma a articular o Estado com os interesses econômicos e ampliar o mercado internacional a favor do acúmulo de capital. Assim, as políticas públicas foram criadas com o propósito de atenuar a pressão social gerada pela exploração de trabalho.

Já no período da Ditadura Militar (1964-1985), o país viveu o chamado “milagre brasileiro”, caracterizado por um expansivo crescimento, que se esgota ao final de 1974, configurando-se numa reconcentração da renda, a qual a grande parte da população trabalhadora foi excluída do processo, que resultou em aumento da fome e miséria no país. Com o objetivo de atenuar tais consequências surgiram alguns programas sociais de caráter assistencialista, ainda com interesse de mercado e voltados à indústria internacional ⁶. Ampliando a discussão para o período mais recente, a austeridade fiscal que já era prática frequente, foi intensificada depois do Golpe Institucional de 2016, já no Governo Temer, configurando-se em práticas ultraliberais, devido às contrarreformas, ajustes fiscais e gastos de cortes públicos estendendo-se ao governo de Bolsonaro, que intensificou sua postura em meio a pandemia de COVID-19 em 2020 ⁷.

Perante o contexto político-econômico mencionado, retoma-se que as políticas públicas, especificamente, as voltadas para alimentação e nutrição, caminham de acordo com os interesses voltados ao capital econômico e industrial. Dessa forma, o olhar para a fome e a alimentação acompanha essa trajetória. As políticas de alimentação surgiram com a intenção de reduzir a prevalência de *déficits* nutricionais, objetivando o processo de trabalho capitalista, assim como, a abertura econômica, principalmente para a indústria alimentícia, que estavam alinhadas com as políticas públicas, principalmente no período da Ditadura Militar.

Nesse sentido, ao mesmo tempo que os índices de desnutrição vinham diminuindo, a obesidade e prevalência de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT's) aumentavam, marcando a transição epidemiológica ⁷. Esse perfil das políticas públicas prevaleceu na América Latina, não só nos centros urbanos, mas também no meio rural, ampliando ainda mais a discussão desse impacto no abastecimento alimentar. No período de 1930-1980, houve intensa discussão em torno das problemáticas alimentares, relacionando-se a fome com a marginalização econômica de populações e a não insuficiência na produção. Devido a abertura econômica, a produção por pequenos agricultores passam a estagnar ou retroceder e crescer a taxa de produção por cultivos mais modernizados, influenciados por grupos multinacionais que passaram a distribuição das tarefas produtivas, por serem os fornecedores dos insumos básicos. Além do descolamento de pequenos agricultores e, conseqüentemente, a marginalização dos pequenos agricultores familiares e trabalhadores sem-terra enquanto a apropriação do território se concentraram nos grandes agricultores. Simultaneamente o Estado diminuía seu papel na efetivação das políticas públicas voltadas à agricultura ⁸.

Avante aos fatos, durante a retomada da democracia no Brasil, em meio à um processo não linear, que ainda será detalhado, a alimentação passou a ser abordada além da questão nutricional voltada ao mercado capitalista, configurada na criação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), Projeto Fome Zero, o CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar), a criação do Guia Alimentar para a População Brasileira, entre outras medidas, que melhoraram o cenário da alimentação no Brasil, no que tange à fome, segurança alimentar e nutricional, sustentabilidade e políticas públicas voltadas ao cuidados à obesidade e DCNT's. Entretanto, frente ao governo de Bolsonaro e o Golpe Institucional de 2016, a alimentação, assim como outros direitos básicos deixaram de ser priorizados, refletidos na aprovação da Emenda Constitucional 95, a qual “congela” o teto de gastos por 20 anos voltados à seguridade social e logo no início do mandato de Jair Messias Bolsonaro, a extinção do CONSEA ⁹. A conjuntura se agrava em meio à crise sanitária e econômica da pandemia da COVID-19, enfraquecendo ainda mais as estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional

(SAN) e os programas de aquisição e distribuição de alimentos, além de desarticular as estratégias de fortalecimento da agricultura familiar e negligenciar os povos de comunidades tradicionais, como os quilombolas e indígenas, que foram vigorosamente afetados pela crise ¹⁰.

Nesse contexto, o objetivo do presente estudo é analisar os efeitos das medidas econômicas adotadas nos três regimes autoritários da história do Brasil republicano no que compõem a alimentação da população brasileira diante de governos progressistas que já passaram pela história do país.

METODOLOGIA

O método utilizado para o estudo foi a revisão integrativa de literatura, o qual possibilita a análise em diferentes perspectivas devido a inclusão de variadas metodologias na revisão, permitindo a consolidação do estado da arte sobre a temática investigada, elaborando a síntese de um conhecimento de determinado assunto, possibilitando tomadas de decisão a partir de evidências científicas, além do apontamento de possíveis escassezes de estudos e necessidade de novas pesquisas. O estudo ocorreu em seis fases de processo: elaboração da pergunta norteadora da pesquisa; determinação dos critérios para inclusão e exclusão dos estudos; categorização dos estudos; avaliação; interpretação dos resultados e por fim, a apresentação da síntese do conhecimento ¹¹.

A pergunta norteadora da revisão foi “O que a literatura científica apresenta sobre o binômio alimentação e autoritarismo no Brasil?”

Base de dados e Estratégia de busca

Para encontrar os descritores adequados para a busca nas bases de dados, a pergunta de pesquisa foi dividida em três polos: o fenômeno - impacto econômico político; o contexto - autoritarismo no Brasil e por fim, o objeto - a alimentação. Após a identificação de descritores nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS/MeSH), a estratégia de busca que trouxe melhores resultados foi a que continha os seguintes descritores: Economia, autoritarismo ou fascismo, comida, alimentação, fome, agroindústria e Brasil, resultando na sintaxe final: *(Economia) AND (autoritarismo ou fascismo) AND (alimentação OR fome OR agroindústria) AND (Brasil) e suas respectivas traduções para o inglês, (Economic*) AND (Authoritarianism OR Fascism) AND (food OR alimentation OR hungry OR Agribusiness) AND (Brazil).*

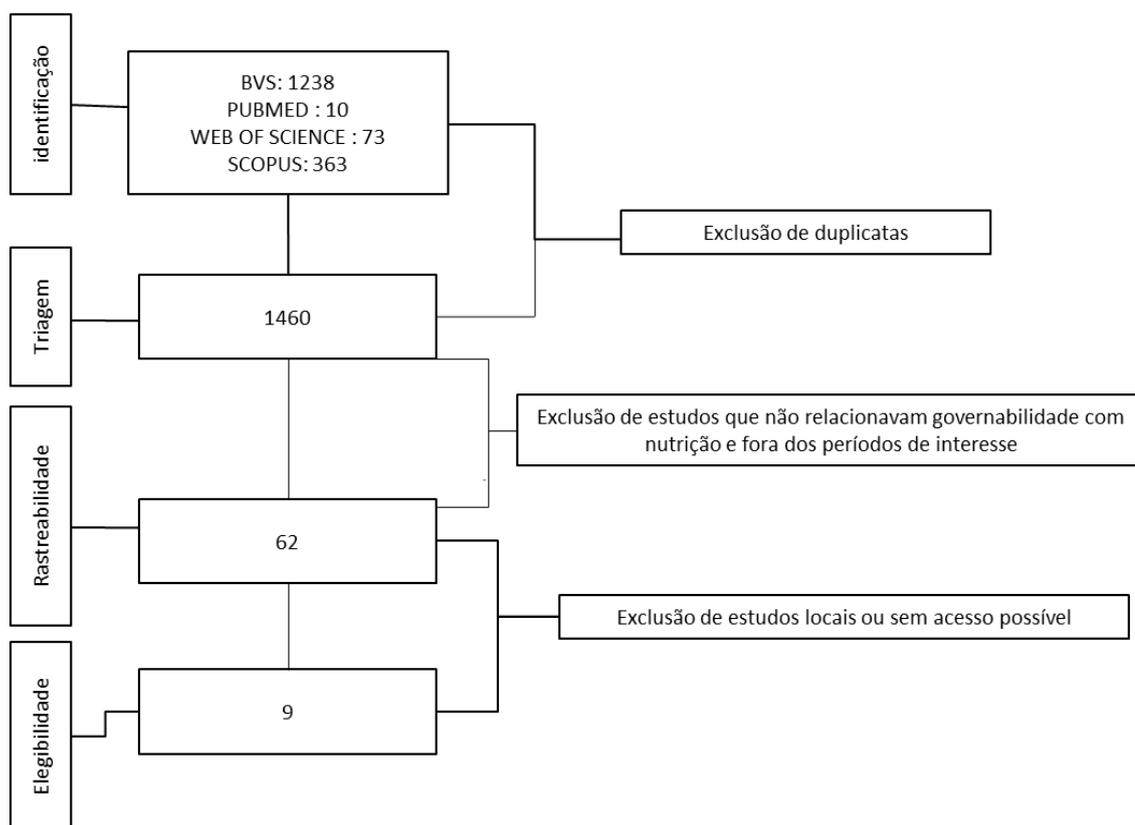
O caminho utilizado para elaboração da estratégia de busca está apresentado no quadro a seguir. Foi realizada busca bibliográfica nas bases Scielo, Pubmed/Medline, Scopus, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)/Lilacs, Web of Science.

Quadro 1. Estratégia de busca dos descritores para elaboração do estudo, pré-teste realizado na BVS/Lilacs.

Medida politico-economica	BVS	N	Autoritarismo	BVS	N	Alimentação	BVS	N
<u>Economia</u>	<u>mh:(economia)</u>	<u>29.995</u>	<u>Governo</u>	<u>mh:(governo)</u>	15.018	<u>Segurança Alimentar</u>	-	1.031
Política Econômica			<u>Programas do governo</u>	-	<u>0</u>	<u>Agroindústria</u>	<u>mh:(agroindústria)</u>	190
Fatores Macroeconômicos			<u>Meio Social</u>	-	<u>44.847</u>	<u>Meio Ambiente e Saúde Pública</u>	-	772
Fatores Microeconômicos			Ambiente Político			<u>fome</u>	<u>mh:(fome)</u>	5.800
Fatores economicos	-	163	<u>Brasil</u>	<u>mh:(brasil)</u>	194.801	<u>Espaço Social Alimentar</u>		0
<u>Política</u>	<u>mh:(política)</u>	<u>56.998</u>	Ambiente Social			<u>Indústria Alimentícia</u>	-	0
Governabilidade			Ecologia Social			<u>Agricultura Sustentável</u>	-	0
Poder Político			<u>Democracia</u>	<u>mh:(democracia)</u>	<u>2870</u>	<u>Produção de Alimentos</u>	-	0
Restrição Política			<u>Autoritarismo</u>	<u>mh:(autoritarismo)</u>	2.396	<u>Abastecimento de Alimentos</u>	-	0
Liberalismo		0	<u>Fascismo</u>	<u>mh:(fascismo)</u>	25	<u>mh:(alimentacao)</u>		175.420
Conservadorismo		0				<u>Produção de Alimentos</u>		
						<u>Assistência alimentar</u>		

Filtrando a busca por título e resumo, obtemos 1.238 estudos na BVS/Lilacs, 70 estudos encontrados na Pubmed/Medline, 942 na Scopus, 73 na Web of Science.

Figura 1. Fluxograma PRISMA.



Para organização das publicações encontradas foi utilizado o *software* Zotero e para limpeza e filtragem a partir de critérios de inclusão e exclusão, o *software* Rayyan.

Como critérios de inclusão e exclusão, foram excluídos estudos que abordavam exclusivamente de aspectos nutricionais ou exclusivamente político-econômicos, sem correlacionar os temas. Foram incluídos aqueles que tratassem de políticas econômicas e programas de alimentação e nutrição, englobando alimentação escolar e programas de amamentação criados em um dos três períodos autoritários brasileiros e descartados os estudos sem permissão de acesso, livros, capítulos de livros e monografias. Através desses critérios foram incluídos nessa pesquisa, 09 estudos, relacionados no quadro abaixo (Quadro 2).

Quadro 2. Quadro síntese com os artigos selecionados para revisão.

TÍTULO DO ARTIGO	AUTORES	PERIÓDICO
How is Brazil facing the crisis of Food and Nutrition Security during the COVID-19 pandemic?	Carvalho, Carolina Abreu de; Viola, Poliana Cristina de Almeida Fonseca; Sperandio, Naiara;	Public Health Nutr

Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil	Gurgel, Aline do Monte; Santos, Carla Caroline Silva Dos; Alves, Kelly Poliany de Souza; Araujo, Juciany Medeiros de; Leal, Vanessa Sá	Cien Saude Colet
Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil	Ribeiro-Silva, Rita de Cássia; Pereira, Marcos; Campello, Tereza; Aragão, Érica; Guimarães, Jane Mary de Medeiros; Ferreira, Andréa Jf; Barreto, Maurício Lima; Santos, Sandra Maria Chaves Dos	Cien Saude Colet
Reflections on the extinction of the National Council for Food and Nutrition Security and the confrontation of Covid-19 in Brazil	Recine, Elisabetta; Fagundes, Andhressa; Silva, Barbara Leone; Garcia, Giselle Silva; Ribeiro, Rita de Cássia Lisboa; Gabriel, Cristine Garcia;	Rev. Nutr. (Online)
A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição	Castro, Inês Rugani Ribeiro de	Cad. Saúde Pública (Online)
As políticas de alimentação e nutrição no Brasil. II. A partir dos anos setenta	L'Abbate, Solange	Rev. nutr. PUCCAMP
As políticas de alimentação e nutrição no Brasil. I. Período de 1940 a 1964	L'Abbate, Solange;	Rev. nutr. PUCCAMP
Os impostos sociais da crise econômica, políticas sociais e transição democrática	Medeiros, Carlos Aguiar de;	HISA - História da Saúde
A trajetória da política de alimentação e nutrição no Brasil: de 1889-1945	Prado, Matildes da Silva;	Rev. baiana saúde pública

Análise e Interpretação dos dados

A análise e a interpretação dos artigos selecionados, focada na questão norteadora e no objetivo deste estudo, utilizou-se da fundamentação teórica da economia política da saúde e identificou três categorias temáticas que possibilitou organizar a síntese dos achados: 1) O estado novo e as primeiras políticas de alimentação e nutrição; 2) o andamento da situação alimentar do país durante a ditadura militar; 3) o novo autoritarismo brasileiro e os retrocessos nas políticas de alimentação e nutrição.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os nove artigos identificados nesta revisão possibilitaram identificar a relação entre alimentação e autoritarismo. Ainda que, viesse disfarçada na trajetória política brasileira, mas com um enraizamento histórico que naturaliza estruturas autoritárias e permanece no cenário político-econômica até hoje. Apresentamos a seguir, as três categorias temáticas que ordenaram a síntese do conhecimento produzido por meio desta revisão integrativa da literatura.

O Estado Novo e as primeiras Políticas de Alimentação e Nutrição

Foi criado em meados dos anos 30, alguns estudos de inquérito alimentar regionais que indicavam a presença de alimentação com *déficit* nutricional e calórico dos trabalhadores, fato que já chama a atenção das autoridades, visto que a relação entre nutrição, saúde e produtividade do trabalhador já era estabelecida.

Dessa forma, os primeiros programas de alimentação e nutrição passam a surgir. Uma das principais ações estratégicas realizadas no período foi a criação do salário-mínimo, o qual incluía a lei da ração mínima como uma das peças de sua regulação e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), voltado aos segurados da Previdência Social, o Instituto de Tecnologia Alimentar (ITA) e a Comissão Nacional de Alimentação (CNA). Além da preocupação sanitária e social na situação alimentar brasileira, os programas de alimentação durante o Estado Novo vinham assegurar a reprodução da força de trabalho e apaziguar as tensões sociais, dentro de uma lógica populista.

A ração alimentar mínima foi uma ação simultânea a criação do salário mínimo implementada em 1940, com objetivo de atenuar as consequências pós guerra e a pressão da classe operária na época. A medida procurou garantir distribuição equitativa, fornecendo alimentos básicos, a quantidade e variedade dos produtos eram baseados no cálculo do salário mínimo. Prado¹² destaca que desde aquela época o cálculo do salário-mínimo não representou as necessidades mínimas do trabalhador, nem de sua composição familiar.

O SAPS precedeu a criação da Lei nº 1.228, de 2 de maio de 1939, que obrigava as empresas com mais de 500 funcionários a obrigação da instalação de um refeitório e da criação do Serviço Central de Alimentação. A criação dessa estratégia é relevante quando se considera que marcou a presença de médicos nutrólogos nas estratégias do Estado, além de ampliar o tema da alimentação dentro das políticas públicas para a educação alimentar dos trabalhadores e parte da população. Dentro dos serviços eram distribuídos materiais educativos sobre uma

alimentação mais racional, econômica e adequada, além de apresentar programas de formação, entre eles, as visitadoras de alimentação, as quais visitavam os lares dos trabalhadores, principalmente nas comunidades rurais prestando o serviço de educação quanto à consciência alimentar.

Apesar de promissor, o SAPS apresentou problemáticas quanto a constante mudança de gestão, a concentração dos serviços em centros urbanos ¹³. Araújo ¹⁴ também demonstra crítica ao programa, quando a estratégia de educação nutricional se concentra nas ações do indivíduo reduzindo a problemática da fome no país e camuflando questões mais abrangentes.

Diante aos fatos, conclui-se que foi no Estado Novo os primeiros sinais de políticas públicas vinculadas à ciência da nutrição, com a colaboração primordial de Josué de Castro, no contexto político ideológico do governo de Getúlio Vargas, com a finalidade de criar um “laço simbólico” entre estado e trabalhadores nas palavras de L’Abatte ¹³, apesar de forte embasamento científico, assim como a criação do STAN (Serviço Técnico de Alimentação Nacional), que vinha aplicar os resultados das pesquisas em nutrologia em prol do interesse da coletividade e o ITA (Instituto de Tecnologia Alimentar), que propunha uma relação entre a ciência e a indústria. Ambos sofreram conturbações em suas administrações em virtude de interesses políticos da época.

O andamento da Situação Alimentar do país durante a Ditadura Militar

Já na intervenção militar, o SAPS é extinto, possivelmente por apresentar uma ameaça ao governo, devido à possibilidade da união da classe trabalhadora dentro dos serviços. A Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) tinha fortes laços com as indústrias reconhecidas pelo Governo Federal, levando em consideração o interesse em produtos formulados e desidratados para treinamentos militares, desta forma o programa de merenda escolar garantia o mercado para essas indústrias. Em substituição à CNAE, o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) foram criados, objetivando a melhoria dos níveis de saúde, renda e produtividade da população. Sua atuação foi voltada às indústrias alimentares, suplementação emergencial, considerando a falta de acesso à alimentação básica para grande parte da população, além da suplementação materno-infantil e ações voltadas às leis trabalhistas e alimentação escolar, tais ações objetivavam o tratamento e prevenção da desnutrição, mas não alcançaram melhor distribuição de renda ou acesso à alimentação saudável ¹⁵.

Segundo Solange L'Avatte ¹⁶, o INAN surge na lógica do planejamento para “controle da ordem social” preconizado nos governos pós golpe de 1964, o qual se baseava na “hegemonia absoluta do Poder Legislativo”. Especificamente, para a alimentação e nutrição os técnicos especialistas convocados a participar de tal planejamento deviam ter postura mais “técnica” daquela dos especialistas da década de 40, se distanciando da vertente social. Nesse momento Josué de Castro, já havia sido exilado e caçado. O discurso do planejamento exigia uma certa “neutralidade” do saber técnico, assim retirando a autonomia notável da nutrição, sendo que os planos eram discutidos à “portas fechadas” ¹⁶.

O Primeiro Programa de Alimentação e Nutrição prometia acabar com a desnutrição no país, porém com projetos que não foram concretizados. O segundo programa efetivou mais de suas ações, esse tinha o ideal de desenvolver em harmonia com a qualidade de vida do brasileiro, assim como a econômica e a distribuição de renda, pessoal e regional. Este foi direcionado a suplementação nutricional de gestantes, nutrizes, crianças e trabalhadores de baixa renda. O programa também tinha em seu discurso incentivar preferencialmente os alimentos *in natura*, provido dos pequenos e médios agricultores e cooperativas da agroindústria. Porém, L' Abatte¹⁶ reforça que o programa favoreceu as grandes indústrias, visto que seus produtos não tinham saída no mercado, e as políticas de nutrição da época garantiam esse escoamento. O Programa de Nutrição em Saúde (PNS) concretizou um pouco mais o beneficiamento das cooperativas e pequenos agricultores, tentando garantir a oferta dos alimentos provindos à população. No entanto, estudos da época mostram que as metas não foram cumpridas e grande parte dos resultados qualitativos e quantitativos foram bem menores que os valores preconizados, incluindo o acesso da população prioritária do programa a tais alimentos ¹⁶.

O Novo Autoritarismo brasileiro e os retrocessos nas Políticas de Alimentação e Nutrição

O bolsonarismo é uma expressão do autoritarismo contemporâneo no Brasil, quando se considera que veio decorrente do Golpe Institucional de 2016, em que a presidenta Dilma Rousseff eleita nos trâmites democráticos em 2014 sofre *impeachment* e Michel Temer assume o governo fora das condutas democráticas, validando a fragilidade da democracia brasileira, desencadeando na eleição da ultradireita no governo de Jair Messias Bolsonaro, configurando o chamado bolsonarismo.

Araújo, em 2021, relaciona na sua análise a colocação do bolsonarismo em consequência do capitalismo financeirizado e da dependência geopolítica dos países da

América Latina. Seria, então, uma espécie de extensão das raízes originárias da colonização com interesse nas atividades extrativistas. Denomina-se o modelo rentista-neoextrativista.

Em meados dos anos XX, o modelo reconfigurou-se a partir do governo petista que procurava “reconciliar” as classes, marcado pelo atendimento regular das classes menos favorecidas e classe trabalhadora, assim como de movimentos sociais e sindicatos. Tais ações diminuíram então o beneficiamento às elites visto a ameaça da ruptura das classes e então o esgotamento do chamado “modelo rentista-neoextrativista de ajuste”, caracterizado pelo governo petista, o que configurou a crise política acompanhada a partir de 2016. Cria-se então, o cenário perfeito para colocar em prática o projeto de governo ultraneoliberal, de ideal conservador frisado pelo desmonte de políticas públicas e austeridade fiscal ⁶.

No campo da alimentação e nutrição, Ribeiro-Silva et al (2020) aponta o desmonte de política públicas ainda em 2016 com a diminuição dos recursos voltados ao Bolsa Família, programa de transferência de renda criado em 2004, o qual estima-se a responsabilidade de até 25% da diminuição do nível de pobreza entre 2004 e 2014, assim como o menor incentivo de cobertura dos Programas de Aquisição de Alimentos, a agricultura familiar, o Programa Água para Todos e o tema Combate à fome retirado do Ministério de Desenvolvimento Social, tendo uma implicação simbólica na postura frente à preocupação com a segurança alimentar e nutricional, no governo em questão. Finalmente, o congelamento de gastos por 20 anos implica a aprovação da Emenda Constitucional 95, reduzindo ainda mais os gastos públicos voltados para a seguridade social ¹⁸.

Em 2019, Jair Messias Bolsonaro, um de seus primeiros atos foi extinguir o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN). Castro ¹⁹, refere-se ao CONSEA:

“(...) foi um espaço de diálogo, de articulação, de aprendizado mútuo e de concertação entre governo e sociedade. Além de atuar junto ao Executivo na esfera federal, também estabeleceu diálogo com os poderes Legislativo e Judiciário e, ainda, com as Unidades da Federação, por meio dos CONSEAs estaduais e municipais.”

O CONSEA foi uma importante possibilidade para formulação, efetivação e acompanhamento das políticas e programas de alimentação e nutrição, a partir do controle social. Foi um grande alcance no processo de redemocratização no país, envolvendo a comunidade, técnicos, líderes de movimentos sociais, de diferentes setores da sociedade e a própria comunidade. Sua extinção é alarmante, quando se considera o período de crise econômica e prevalência da austeridade fiscal com a previsão de piora dos indicadores de cobertura de saúde e segurança alimentar e nutricional da população ¹⁹. Recine et al. ²⁰ refere-

se à extinção do CONSEA, não só a ameaça á segurança alimentar, como também ao ferimento ao princípio da participação social como elemento central da democracia, visto que desmonta a governança dos estados e municípios e participação civil.

No ano seguinte, em 2020, precisamente em março, o Brasil assim como todo o mundo passa a enfrentar uma crise sanitária marcada pela pandemia de COVID-19. Considerando a desigualdade social presente no país, é de antever que a pandemia não atingiu as camadas da população da mesma forma, tendo consequências mais graves para a parcela mais vulnerável, principalmente, no que diz respeito às comunidades tradicionais. Assim, algumas medidas foram tomadas como a renda básica emergencial, primeira estipulada no valor de duzentos reais e posteriormente seiscentos, e alterações nos critérios dos demais programas de transferência de renda presentes. Vale recordar que o acesso ao auxílio foi conturbado, devido às questões logísticas e burocráticas, que retardaram a liberação do recurso ²¹.

Ribeiro et al¹⁸ ainda aponta as dificuldades da classe trabalhadora. Quando assalariados, muitos foram dispensados por curto prazo devido a necessidade de isolamento e muitos estabelecimentos fechados sem garantias ou segurança. E trabalhadores informais, sem receber nenhum tipo de estratégia de garantia foram diretamente atingidos, ou enfrentando o risco de contágio ou mesmo deixando de ganhar sua fonte de renda. Os agricultores familiares também sofreram as consequências, com efeitos diretos na comercialização de alimentos provenientes dos pequenos agricultores. Em relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que conta com a produção de agricultores familiares para garantia da alimentação adequada para a população escolar teve primeiramente impactos amortecidos pelas esferas municipais e estaduais. De forma tardia, a orientação do governo federal quanto ao programa, foi autorizar o envio de “kits” com alimentos adquiridos por meio do PNAE para as famílias dos estudantes escolares. Os desalinhos entre as ações previamente realizadas pelos estados e municípios prejudicou tais iniciativas, visto que os recursos estaduais e municipais têm maior parcela na composição do orçamento da alimentação escolar.

Gurgel et al ²¹ evidencia a deficiência das medidas governamentais federativas, quando as iniciativas foram de maioria focadas no consumo alimentar, sem interferir o bastante na própria cadeia produtiva ou a compreensão das necessidades específicas de grupos de maior vulnerabilidade. Carvalho et al ²², ressalta que a desarticulação das políticas alimentares envolvendo a participação social, principalmente pela extinção do CONSEA e a falta de um Plano Nacional de Segurança Alimentar Nutricional, que até então não foi atualizado (o último havia terminado em 2019), junto aos agravamentos que a pandemia carregou, sem estratégias

concretas no momento adequado são pontos desproporcionais com a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), assim como também apontam Guerra e Carnut⁹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o processo histórico, e relacionando a história passada, com a mais recente marcada pelo governo de ideal neofascista a partir do Golpe Institucional de 2016, acompanhado pelo desmonte de estratégias de alimentação e nutrição importantes e construídas desde o processo de redemocratização do país, vimos que houve o agravamento da insegurança alimentar e nutricional e da fome pelas consequências trazidas também pela pandemia de COVID-19 no Brasil. Pode-se relacionar a postura dos três governos de regime autoritário quanto ao privilegiamento à produção capitalista, realçando a desigualdade social e propiciando a insegurança alimentar e nutricional de populações mais vulneráveis.

Intensificando ainda mais quando ambos impedem a participação social nas políticas de alimentação, representada pela restrição dos programas no Estado Novo à classe trabalhadora, a construção de planejamento á “portas fechadas” durante a Ditadura Militar, e a extinção do CONSEA e negligência das políticas de segurança alimentar e nutricional que veio ao enfraquecimento durante o governo de Bolsonaro, ainda em meio à crise sanitária.

Em fevereiro de 2023, durante o terceiro governo de Luís Inácio Lula da Silva, eleito em outubro de 2022, o CONSEA é recomposto²³ e o governo estabelece um pacto contra a fome no Brasil. Cabe ao presente e futuras lideranças junto à sociedade civil e movimentos sociais consolidar uma sociedade cada vez mais democrática em consonância com políticas públicas de alimentação e nutrição justas e tangíveis de forma a garantir o DHAA para toda a população, respeitando as reais necessidades e territórios diversos, considerando o Brasil e sua abrangência geográfica. Pois, atender plenamente a reprodução do capital em países de capitalismo periférico através de políticas públicas, produz o custo inestimável de vida humanas, ceifadas pela fome e pela desassistência à saúde.

REFERÊNCIAS

1. Prestes, A. (2019). três regimes

autoritários na história do brasil republicano: o estado novo (1937-1945), a ditadura militar (1964-1985) e o regime atual (a partir do golpe de 2016). *revista de história comparada*, 13(1), 108 - 129. Disponível

em <https://revistas.ufrj.br/index.php/revistahistoriacomparada/article/view/27537>. Acessado em 19 de novembro de 2022.

2. Enzweiler DA, Caregnato L. Sobre o autoritarismo brasileiro. *Rev Bras Hist Educ* [Internet]. 2020;20(Rev. Bras. Hist. Educ., 2020 20):e137. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e137>. Acessado em 19 de novembro de 2022.
3. Pereira CP, Duarte JL do N, Santos L dos RS. Capitalismo dependente, Estado e autoritarismo no Brasil. *Textos Contextos* (Porto Alegre) [Internet]. 6º de maio de 2021 [citado 27º de março de 2023];20(1):e39228. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/39228>. Acessado em 19 de novembro de 2022.
4. Mendes, A.; Carnut, L. Crise do capital, Estado e neofascismo: Bolsonaro, saúde pública e atenção primária. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* [online]. 2020, n. 57 [Acessado 20 Novembro 2022] , pp. 174-210. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/636>. Acessado em 19 de abril de 2023.
5. Carnut L. Neofascismo e burguesia associada: o SUS na mira da extrema-direita. In: *Economia política da saúde: uma crítica marxista contemporânea*. São Paulo: Hucitec; 2022. [citado 2022 nov. 20].
6. Araújo M do SS de, Carvalho AMP de. Autoritarismo no Brasil do presente: bolsonarismo nos circuitos do ultraliberalismo, militarismo e reacionarismo. *Rev katálysis* [Internet]. 2021Jan;24(Rev. katálysis, 2021 24(1)):146–56. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75280>. Acessado em 20 de março de 2023.
7. Vasconcelos F de AG de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. *Rev Nutr* [Internet]. 2005Jul;18(Rev. Nutr., 2005 18(4)):439–57. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-52732005000400001>. Acessado em 20 de dezembro de 2022.
8. Chonchol J. A soberania alimentar. *Estud av* [Internet]. 2005Sep;19(Estud. av., 2005 19(55)):33–48. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000300003>. Acessado em 20 de dezembro de 2022.
9. Guerra, L.D.S.; Bezerra, A. C. D.; e Carnut, L. Da fome à palatabilidade estéril: ‘espessando’ ou ‘diluindo’ o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil?. *Saúde em Debate* [online]. 2020, v. 44, n. 127, pp. 1231-1245. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202012721>. Acessado 19 Novembro 2022.
10. Beghin, N. O Combate á fome de Vargas a Bolsonaro [online]. 2022. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) BPS,. n.29 [Acessado 19 de Novembro 2022]. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11545>
11. Mendes KDS, Silveira RC de CP, Galvão CM. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto contexto - enferm* [Internet]. 2008Oct;17(Texto contexto - enferm., 2008 17(4)):758–64. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>. Acessado em 20 de março de 2023.
12. Prado, MS. A trajetória da política de alimentação e nutrição no Brasil: de 1889-1945. *Rev.baiana de Saúde Púb.*, 1993; v.20, n.1/3 p.23-31.
13. L’Abbate, S. As políticas de alimentação e nutrição no Brasil.I. Período de 1940 a 1964. 1988. *Rev. nutr. Puccamp*; 1(2):87-138.
14. ARAÚJO, Maria da Purificação Nazaré; COSTA-SOUZA, Jamacy;

TRAD, Leny Alves Bomfim. A alimentação do trabalhador no Brasil: um resgate da produção científica nacional. História, Ciências, Saúde Manguinhos, Rio de Janeiro, v.17,n.4, out.-dez. 2010,p.975-992.

15. Medeiros CA de. Os impactos sociais da crise econômica, políticas sociais e transição democrática. Rev. Adm. Pública [Internet]. 18º de junho de 1989 [citado 25º de julho de 2023];23(3):175 a 227. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9125>
16. L-Abatte, S. As políticas de alimentação e nutrição no Brasil. II. A partir dos anos setenta. 1989.Rev. nutr. PUCCAMP ; 2(1): 7-54.
17. Ribeiro-Silva R de C, Pereira M, Campello T, Aragão É, Guimarães JM de M, Ferreira AJ, et al.. Implicações da
20. Gurgel A do M, Santos CCS dos, Alves KP de S, Araujo JM de, Leal VS. Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. Ciênc saúde coletiva [Internet]. 2020Dec;25(12):4945–56. Available from: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202512.33912020>
21. Carvalho CA, Viola PCAF, Sperandio N. How is Brazil facing the crisis of Food and Nutrition Security during the COVID-19 pandemic? Public Health Nutr. 2021 Feb;24(3):561-564. doi: 10.1017/S1368980020003973. Epub 2020 Oct 12. PMID: 33040767; PMCID: PMC7642956.
22. Brasil. Decreto de 27 de fevereiro de 2023. 27 fev 2023. Seção 2, p. 1; 39-A. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-de-27-de-fevereiro-de-2023-466469927>. Acessado em 25 jun. 2023.
- pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. Ciênc saúde coletiva [Internet]. 2020Sep;25(9):3421–30. Available from: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.22152020>
18. Castro IRR de. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. Cad Saúde Pública [Internet]. 2019;35(2):e00009919. Available from: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00009919>
19. Recine E, Fagundes A, Silva BL, Garcia GS, Ribeiro R de CL, Gabriel CG. Reflections on the extinction of the National Council for Food and Nutrition Security and the confrontation of Covid-19 in Brazil. Rev Nutr [Internet]. 2020;33:e200176. Available from: <https://doi.org/10.1590/1678-9865202033e200176>